

O COMPORTAMENTO DA MÍDIA DE MASSA NAS RESOLUÇÕES DE QUESTÕES SECURITÁRIAS NO PÓS-INDEPENDÊNCIA DA NIGÉRIA

Osakue Stevenson Omoera¹
Adesina Lukuman Azeez²
Roselyn Vona Doghudje³

Introdução

Na Conferência de Berlim de 1884-1885, na qual os territórios africanos foram divididos entre as potências imperiais europeias, as diferentes comunidades conhecidas na área da Bacia do Níger entraram na esfera de controle e exploração britânica (de Blij & Muller 2003). Assim, os colonizadores britânicos ocuparam formal e efetivamente todos os territórios que hoje são conhecidos como Nigéria, reivindicando a hegemonia política sobre os povos dos Estados-nações originalmente separados, incluindo o Reino Iorubá, Reino Edo, Reino Hauçá, entre outros estados a oeste e sul do Lago Chade. Para garantir um domínio eficaz, os britânicos dividiram as várias nacionalidades e reinos étnicos em protetorados ao sul e ao norte, com diferentes estilos de governo e diferentes objetivos ou aspirações para os povos dos dois protetorados (Nnoli 1978).

No entanto, em 1914, os colonizadores britânicos, através do Lorde

1 Departamento de Teatro e Artes da Mídia, Universidade Ambrose Alli, Ekpoma, Nigéria. Email: omoera@yahoo.com;

2 Departamento de Comunicação de Massa, Universidade de Ilorin, Ilorin, Nigéria. Email: azeezogooluwa@yahoo.com

3 Departamento de Artes de Comunicação e Linguagem, Universidade de Ibadan, Ibadan, Nigéria. Email: frukama21@yahoo.com

Lugard (originalmente Frederick John Dealtry Lugard), criaram a Nigéria, juntando os protetorados do norte e do sul, reunindo assim diversos povos e regiões numa entidade política artificial com pouca ou nenhuma base para formar uma comunidade ou ter nacionalidade. Pode-se argumentar que essa falta de sentimento de nação ou falta de identidade nacional tem persistido e tem sido a barreira para as aspirações de progresso e desenvolvimento da Nigéria. A falta de compromisso com o projeto nacional, algo que os britânicos impuseram e que fez com que os povos continuassem a se ver como marcadamente diferentes uns dos outros, moldou significativamente a história da Nigéria, induzindo a diferentes crises e insurgências que ameaçaram a sua unidade. Mesmo depois de terem obtido a independência dos colonizadores britânicos em 1º de outubro de 1960, os nigerianos não se viam como um só povo e não conseguiam trabalhar juntos para o rápido desenvolvimento socioeconômico e sociopolítico do país.

O ressentimento e o amargor que emergiram no final dos anos 1960 levaram à guerra civil de 1967-1970, que quase partiu a Nigéria em pedaços. As agitações de diferentes povos continuam até hoje e uma indicação clara disso é o surgimento de milícias violentas e grupos terroristas entre grupos étnicos ou regionais, com ideologias e objetivos políticos ocultos. Também foi decorrente desta questão a incursão dos militares nos governos por mais de trinta anos. Apesar de a Nigéria ter restabelecido o governo civil desde 1999, e apesar de contar com uma jovem democracia há dezessete anos, o Estado continua a lidar com as questões de mesquinhez, animosidade e disputa pelo poder político central entre os diferentes grupos étnicos. Tudo isso se manifestou em crises e insurgências de grandes proporções, que incessantemente colocaram a unidade e a segurança do país em xeque. A questão geral que poderia ser colocada sobre esta situação é: quais foram as contribuições dos meios de comunicação de massa para resolver ou mitigar os problemas de segurança que têm assolado e ameaçado a unidade e a existência corporativa da Nigéria? Este artigo procura dar uma resposta a esta pergunta.

Objetivos do Estudo

1. Avaliar os papéis ou contribuições dos meios de comunicação de massa nigerianos na mitigação ou resolução dos desafios securitários das insurgências que o país enfrenta na era pós-independência (através da e maneira como relatam as questões de segurança).
2. Examinar as estratégias básicas que os meios de comunicação de massa nigerianos estão adotando ou poderiam adotar para

- resolver ou superar os desafios de segurança que ameaçam a unidade e a existência contínua do país.
3. Determinar a relação entre os meios de comunicação social e as forças armadas ou instituições de segurança encarregadas da responsabilidade de eliminar ou resolver ameaças à segurança.

Perguntas da Pesquisa

1. Quais são as funções ou contribuições dos meios de comunicação de massa nigerianos na mitigação ou resolução dos desafios securitários das insurgências que o país enfrenta na era pós-independência (através da forma como relatam as questões de segurança)?
2. Quais são as estratégias básicas que os meios de comunicação nigerianos estão adotando ou poderiam adotar para resolver ou suprimir os desafios de segurança que ameaçam a unidade e a existência contínua do país?
3. Qual é a relação entre os meios de comunicação social e as forças armadas ou instituições de segurança encarregadas de apagar ou resolver ameaças à segurança?

Perspectiva Teórica

Duas teorias principais de comunicação de massa explicam e embasam os papéis esperados ou contribuições dos meios de comunicação de massa na resolução ou atenuação de qualquer forma de ameaça à segurança de uma nação. Estas são: a de *agenda setting* e a *framing theory*. A teoria de *agenda setting* relaciona a ênfase que os meios de comunicação colocam em certos assuntos à importância que as pessoas atribuem a esses mesmos assuntos (McCombs e Shaw, 1972). O conceito de *priming* é muitas vezes entendido como uma extensão da *agenda setting*, uma vez que descreve o efeito previsto que as notícias têm nas opiniões das pessoas sobre questões de domínio público: “Ao tornar algumas questões mais proeminentes nas mentes das pessoas (*agenda setting*), os meios de comunicação de massa também seriam capazes de moldar os fatores que as pessoas levam em consideração ao fazer julgamentos sobre candidatos políticos ou questões (*priming*)” (McCombs e Shaw, 1972). Do mesmo modo, “os meios de comunicação de massa são significativamente mais do que somente fornecedores de informações e opiniões. Eles podem não ser bem sucedidos a maior parte do tempo em dizer às pessoas o que

pensar, mas eles são surpreendentemente bem sucedidos em dizer ao seu público sobre o que pensar” (Cohen, 1963). Isso destaca porque os meios de comunicação de massa poderiam influenciar o grau de informações que as pessoas ouvem e pensam a respeito da incidência de ameaças securitárias na nação nigeriana.

De fato, a mídia poderia influenciar percepções sobre a situação de segurança de uma nação ao ditar a forma como conhecemos e pensamos sobre as ameaças à segurança. Este ponto é endossado pela *framing theory*. *Frames* são padrões de interpretação oferecidos pela mídia. Portanto, o conceito de enquadramento ou *framing* oferece uma maneira de descrever o poder de um texto comunicacional (Entman 1993; Iyengar 1996). O *framing* baseia-se, deste modo, na suposição de que a maneira como uma questão é caracterizada nas reportagens midiáticas – de forma positiva, negativa ou neutra – poderia influenciar a percepção das pessoas sobre tal tema específico. Como Entman (1993) observou, “enquadrar (*to frame*) é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais preponderantes em um texto comunicacional, de tal modo a promover uma definição específica de problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito”. Assim, a mídia poderia exagerar; poderia aumentar ou mitigar; poderia gerar pânico e poderia acalmar as emoções das pessoas de acordo com a forma como eles relatam e descrevem ameaças de segurança ou ataques e seus perpetradores.

Metodologia

Ao avaliar as contribuições reais da mídia da Nigéria para a resolução ou mitigação das ameaças dos desafios pós-independência, particularmente o das insurgências do Boko Haram, para a segurança nacional da Nigéria, uma triangulação dos métodos foi adotada. A análise de conteúdo foi utilizada para examinar as reportagens das insurgências na mídia de massa da Nigéria com o objetivo de avaliar o impacto das notícias. O resultado disso constituiu a base para entrevistas em profundidade (IDIs, sigla em inglês) com os principais grupos de interesse (*stakeholders*) nas instituições de segurança nigerianas, que foram propositadamente selecionadas. Assim, foram analisadas 92 edições de dois jornais nigerianos intencionalmente selecionados: *The Punch* e *Daily Trust*. Quarenta e seis (46) edições de cada um desses jornais entre 01 de setembro de 2012 e 28 de fevereiro de 2013 formaram a primeira amostra do estudo, para medir o padrão de cobertura das insurgências Boko Haram e quaisquer outros desafios de segurança que ocorreram durante o período. Vinte oficiais militares também foram propositadamente selecionados para IDIs com a intenção de examinar suas

percepções da cobertura sobre as ameaças à segurança nacional pelos meios de comunicação de massa da Nigéria. As IDIs também visavam estabelecer a natureza da relação entre os meios de comunicação e os militares com o objetivo de determinar se o tipo de relação entre as duas instituições influencia ou não a influência dos meios de comunicação para as resoluções da desafios securitários que o país enfrenta.

Entendendo a Segurança Nacional: algumas perspectivas

Definir o conceito de segurança nacional continua difícil porque muitos fatores realçam sua capacidade em todos os níveis de percepção e, portanto, não podem ser restritos a uma única definição devido à sua natureza mutável de um Estado-nação para outro. Portanto, a segurança nacional é um conceito complexo que agora está sendo entendido não apenas da perspectiva militar, mas também de uma perspectiva humanitária. Essencialmente, há duas perspectivas principais para entender o que significa a segurança nacional. A primeira perspectiva, comumente referida como a conceitualização clauswitziana de segurança nacional, é centrada em questões militares, estadocêntrica e provinciana. Ele enfatiza a balança de poder, a balança de terror, a contenção, a dissuasão, a resposta flexível e a destruição mútua assegurada (Baylis & Ranger, 1992).

É provável que Luciani (1988; 1990) tenha concebido a segurança nacional como “a capacidade de resistir à agressão do exterior”. Em outras palavras, é a capacidade de um Estado-nação afastar todas as formas de ameaça à sua sobrevivência; o sustento de seu povo, bem como a capacidade de um Estado de proteger seus interesses legítimos com todas as medidas possíveis, inclusive a guerra. Com base nesse conhecimento, a segurança nacional é o processo decisório que se ocupa da identificação das ameaças potenciais e reais e da mobilização de recursos em um quadro que garante prontamente a segurança e a estabilidade do Estado-nação, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento nacional, incluindo a integridade territorial e institucional (Luciani 1990).

Fundamentalmente, a conceitualização militarista/política da segurança nacional orgulha-se da preservação do Estado-nação: integridade territorial e soberania, e, portanto, foca nos papéis das instituições de defesa e segurança. De acordo com Lippmann citado em Romm (1993), “uma nação tem segurança quando não necessita sacrificar seus legítimos interesses para evitar a guerra e pode, se for desafiada, mantê-los pela guerra”. Na mesma linha, Maier (1990) argumenta que “a segurança nacional... é melhor definida como a capacidade de controlar as condições domésticas e externas que a opinião pública de uma dada comunidade acredita serem

necessárias para gozar de autodeterminação ou autonomia, prosperidade e bem-estar”.

A segunda perspectiva para entender a segurança nacional é conhecida como a perspectiva humanitária. É uma concepção mais ampla da segurança nacional. De acordo com Imobighe (1998), ela (isto é, a segurança humana) enfatiza a segurança dos indivíduos em vez do Estado. Implica na melhoria de vida dos cidadãos em termos de liberdade, educação, saúde, proteção ambiental, infra-estrutura e outras comodidades. Fornece proteção às pessoas contra ameaças e situações graves e generalizadas. A Comissão de Segurança Humana (2003) afirma ainda que ela (isto é, a segurança humana) enfatiza a criação de sistemas políticos, sociais, ambientais, econômicos, militares e culturais que juntos dão às pessoas os alicerces da sobrevivência, sustento e dignidade. Com base nessa perspectiva, a segurança nacional poderia ser vista como a criação de condições que contribuam para a consolidação política, social e econômica de uma nação e para garantir sua integridade territorial, sua aquisição de capacidades para sustentar essas condições, salvaguardar a liberdade de opções e a capacidade de sobrevivência em um ambiente volátil de segurança.

É a conceituação humanista da segurança nacional que defende a melhoria da vida dos cidadãos em termos de liberdade, educação, saúde, proteção ambiental, infra-estrutura e outras facilidades. Assim, uma ameaça à segurança nacional é uma ação ou seqüência de eventos que ameaçam drasticamente, em um curto espaço de tempo, degradar a qualidade de vida dos habitantes de um estado ou ameaçam significativamente reduzir a gama de escolhas políticas disponíveis para o governo de um Estado ou entidades privadas não-governamentais (Ullman citado em Romm, 1993). O ponto aqui é que a conceituação da segurança nacional permanece dinâmica, fluida e multidirecional, mas é considerada vital para a sobrevivência de qualquer Estado-nação. Ele abrange segurança externa (protegendo a nação de ameaças estrangeiras) e segurança interna (dentro do Estado). Ela também destaca a manutenção do poder econômico, militar, político e diplomático sobre seus pares e países vizinhos (Imobighe, 1998). Isso significa que a segurança nacional não pode ser vinculada ou associada apenas à defesa nacional, pois compreende uma ampla gama de aspectos que exigem a cooperação e compreensão do Estado, suas forças, instituições e o seu público. Portanto, a segurança nacional no mundo contemporâneo significa uma situação em que um Estado-nação ou país procura incorporar a segurança humana e social como uma prioridade além da defesa nacional, centrando os fundamentos da segurança na manutenção da paz e na erradicação do conflito (Salomão , 2007).

Questões de Segurança Pós-Independência no Estado da Nigéria

A segurança nacional é uma função de governança (parte dos objetivos fundamentais e princípios diretivos do Estado, tal como está enraizado na *Constituição da Nigéria de 1999*, (conforme alterações)). Portanto, é a base da boa governança, do bem-estar social e do desenvolvimento econômico de um país e seu povo. Imobighe afirma que a governança é a gestão efetiva dos assuntos nacionais de um país em todos os níveis de seu funcionamento e execução, com o objetivo de manter a integridade da nação e a segurança de seu povo. Para alcançá-la, compete às autoridades exercerem os procedimentos políticos, econômicos e judiciais de modo a garantir ao povo a liberdade de cumprir os seus deveres e resolver as suas disputas tal como é permitido na Constituição escrita. Esse é um modelo garantido de atingir a boa governança, mas a segurança nacional pode ser ameaçada quando há um alto nível de pobreza, privação e injustiça em qualquer Estado-nação.

A segurança nacional no estado nigeriano tem sido severamente ameaçada desde a sua independência por questões multidimensionais. Os desafios variam de desconfiança étnica e intolerância, contradições religiosas, disputas étnicas e de fronteira, vandalismo político e violência, bem como todas as formas de insurgências contra as autoridades constituídas. Estes desafios ameaçavam a unidade da nação na primeira república, na medida em que levou à incursão dos militares no governo, usando a desculpa de garantir a integridade e a existência contínua da nação. No entanto, na Nigéria pós-independência, as ameaças reais à sua segurança nacional não se limitam às ameaças de outros Estados, mas têm sido consistentemente construídas em torno de crises internas e violência emanadas de diferenças e contrariedades religiosas, étnicas e políticas. O mais virulento dos desafios à segurança nacional da Nigéria é, agora, o terrorismo, como exemplificado por um grupo de extremistas pseudo-islâmicos conhecidos como Boko Haram.

Kiras (2009) conceituou o terrorismo como o uso continuado da violência contra alvos simbólicos ou civis por pequenos grupos, para fins políticos e sociais, como inspirar medo, atrair atenção generalizada para uma queixa política e/ou provocar uma resposta draconiana ou insustentável. Tem como objetivo introduzir o medo entre os adversários e intimidar terceiros, que podem ou não ser alvos diretos. Pode ter uma motivação política, ideológica ou religiosa ou uma combinação das três. Como consequência, o terrorismo torna-se uma violência calculada geralmente contra alvos simbólicos com o objetivo de passar uma mensagem política

ou religiosa. Alguns dos objetivos dos terroristas incluem ganhar apoio popular, radicalizando a população, levando as pessoas atacadas e o governo a agirem precipitadamente; atraindo recrutas, polarizando a opinião pública, demonstrando sua capacidade de causar dor ou minando governos (Onuoha 2015).

Os terroristas desafiam a legitimidade da autoridade política recorrendo ao medo, à surpresa, à violência ou à ameaça de violência para alcançar seus objetivos através da coerção, do uso ilegal e imoral da força, da violência transnacional e da internacionalização de um conflito ou demanda, além do uso dissimulado da cobertura midiática. Trata-se de uma violência política contra não-combatentes ou alvos simbólicos destinados a comunicar uma mensagem ao público em geral (Sinno 2011). O que foi acima exposto descreve, em parte, as operações da seita(s) Boko Haram, desde que começaram seus ataques nefastos contra a Nigéria em 2009; ataques que resultaram na destruição desnecessária de vidas e propriedades em partes do país, ameaçando assim a sua segurança nacional (Omoera & Ogah 2016).

A Mídia de Massa e a Segurança Nacional: Uma Análise do relacionamento

O surgimento do Boko Haram como um dos desafios mais difíceis para a segurança nacional na Nigéria, com seus ataques viciosos à população, demonstrou que as ameaças tradicionais à segurança nacional se transformaram em algo que não pode ser contido apenas por forças militares ou instituições de segurança. A natureza das operações da seita Boko Haram e de muitos outros grupos insurgentes na Nigéria, por exemplo, mostrou que os problemas de segurança pós-independência da Nigéria requerem a colaboração de organizações estatais de segurança, como o Exército, a polícia, o Departamento de Segurança do Estado (DSS, sigla em inglês), etc junto a órgãos não-estatais como a mídia, as forças-tarefas civis (JTF, sigla em inglês), vigilantes, grupos da sociedade civil, entre outros, cujos esforços e *expertises* combinados poderiam ajudar a mitigar, se não erradicar, a aterrorização da Nigéria. Uma combinação robusta de *soft power*, incluindo relatórios de inteligência representados pelos meios de comunicação de massa e de *hard power*, como simbolizado pelas instituições militares ou de segurança, poderia ser um esforço conjunto valioso que ajudaria a extinguir as tensas situações que os grupos terroristas têm criado em partes do país.

Isto é na percepção de que os meios de comunicação de massa são uma instituição importante em qualquer sociedade (Uyo 1987). Seu valor

na sociedade contemporânea é ressaltado pelo “título” que lhes sé atribuído, de “quarto poder” (Akinfeleye 2003). Como quarto poder, a Constituição da Nigéria de 1999 (conforme emendada) dá à mídia nigeriana papéis estatutários de monitorar o desempenho ou a responsabilidade do governo para com o povo. Considera que:

A imprensa, o rádio, a televisão e outras agências dos meios de comunicação de massa devem ser sempre livres para defender os objetivos fundamentais contidos neste capítulo e defender a responsabilidade e a prestação de contas do governo para com o povo (Governo Federal da Nigéria, 2011).

Estes papéis estatutários dados aos meios de comunicação de Nigéria são, naturalmente, uma parte integrante das funções dos meios de comunicação como uma instituição social importante. Estas funções incluem: a vigilância do ambiente (vigia), a correlação de partes da sociedade em resposta ao ambiente (fórum), a transmissão do patrimônio cultural de uma geração para outra (professor) e o entretenimento (Lasswell (1948) e Wright (1958) citados em Uyo (1987)). Ao analisar a relação entre a segurança nacional e os meios de comunicação social, a função destes últimos no que diz respeito à vigilância do ambiente exige maior elucidação. Por meio da vigilância da sociedade, entende-se que “a mídia de massa vigia, guarda e alerta a sociedade de problemas iminentes e muitas vezes oferece o caminho a seguir” (Odigbo 2003).

O ponto que está sendo construído é que a mídia exerce vigilância sobre o ambiente e alerta os membros da sociedade para as realidades dele. Os meios de comunicação reportam mais frequentemente o que está errado com/na sociedade e faz planos concretos ou cria plataformas para corrigir tais inadequações. Em outras palavras, a vigilância do meio ambiente significa que os meios de comunicação fornecem informações e alertam sua audiência heterogênea das mudanças que ocorrem à sua volta. Ao fazê-lo, os meios de comunicação consistentemente vigiam o ambiente e transmitem questões proeminentes ou mediam mensagens para o público de modo a reduzir as incertezas, permitindo assim que as pessoas reajam a conflitos ou mudanças de maneira racional. É por isso que a mídia é comumente chamada de quarto poder.

Dada a tenacidade e o empenho com que os meios de comunicação modernos desempenharam os papéis acima mencionados, em especial o da vigilância da sociedade, em diferentes partes do mundo, os meios de comunicação têm sido considerados como muito poderosos. É um fato aceito que os meios de comunicação de massa expressam e, ao mesmo tempo, moldam a opinião pública. Eles (re)constroem imagens, percepções e crenças (Dahlgren 2007). Os meios de comunicação educam as pessoas,

corrigem os equívocos e dão uma melhor compreensão das situações. Como mediadora, a mídia fornece saídas, soluções e cria confiança. É a principal fonte de informações para a maioria das pessoas sobre o mundo (Uyo 1987). Os meios de comunicação de massa são as ferramentas mais potentes por meio das quais as pessoas atualizam seus sentimentos e opiniões sobre qualquer questão do dia. Assim, os meios de comunicação de massa poderiam construir apoio público em relação a qualquer política governamental; eles poderiam efetivamente ajudar a manter contato e compreensão entre o governo e o povo, entre as zonas rurais e as cidades, e entre estados.

A nível nacional, a mídia é uma importante agência de integração. Ela é uma força poderosa como educadora, agitadora, mobilizadora, motivadora e fonte de entretenimento. Seu poder poderia ser grande e imensurável. Ela poderia criar um sentimento de envolvimento e participação. É através dela que a agenda nacional do dia é apresentada à nação. Ela é uma espécie de fórum nacional para os contínuos debates sobre questões, que são uma condição *sine qua non* para toda sociedade que busca melhorar as condições de vida de seu povo (Amoda 1978). O ponto que está sendo construído é que elas definem a agenda para o discurso nacional. Isso explica por que “os meios de comunicação de massa chamam a atenção para certas questões. Eles constroem imagens públicas de figuras políticas. Eles estão constantemente apresentando objetos, que sugerem o que os indivíduos na massa devem pensar, conhecer e ter sentimentos sobre” (Lang e Lang citado em McCombs e Shaw 1972).

A questão pertinente neste momento é: de onde os meios de comunicação social entram na resolução dos desafios da segurança nacional? Talvez, a resposta resida no fato de que espera-se que os meios de comunicação de massa trabalhem dentro dos quadros preventivos e nacionalistas, a fim de serem capazes de verificar as ameaças à segurança nacional. Existem várias estratégias para manter a segurança nacional. Tais estratégias incluem a abordagem militar, abordagem não militar, a abordagem de *carrot and stick*, a abordagem de desenvolvimento e governança, a diplomacia preventiva (coleta e partilha de informações de inteligência) e a abordagem nacionalista. Esta, na qual os meios de comunicação de massa têm grande papel a desempenhar, implica na mobilização em massa e é orientada pela informação. Trata-se de coleta e compartilhamento de inteligência. Exige que a mídia estabeleça uma agenda (*set agenda*) para políticas de segurança e obtenha suporte público para as políticas de segurança. Também exige que a mídia mude as percepções das pessoas sobre questões de segurança por meio de enquadramento de apoio (*supportive framing*). Envolve propaganda contra os vendedores de insegurança, ao mesmo tempo em que envolve toda

a nação com o governo e os militares na tomada de decisões e formulação de políticas relativas à segurança nacional.

Assim, espera-se que os meios de comunicação de massa sejam usados como um *soft power* nos processos ou tentativas de resolver os desafios da segurança nacional. De fato, a informação (comunicação) como instrumento de *soft power* está se tornando cada vez mais um instrumento estratégico no contexto de uma grande estratégia porque a mídia e a esfera da segurança são dependentes uma da outra, e as instituições de segurança, como os governos, dependem do apoio público para suas atividades e construção de opinião (Copley 1984). É nesse sentido que consideramos o fornecimento de informações como o quarto elemento do poder nacional, além dos poderes econômico, militar e diplomático.

O *soft power* é a capacidade de obter o resultado que se busca por atração e persuasão e não por coerção (Gilboa 2005). O poder nos tempos contemporâneos é a capacidade de mudar o comportamento do Estado-nação e das pessoas, para ser capaz de controlar o ambiente político através da mediação. O poder está se tornando menos coercitivo, pois o poder militar tem suas limitações devido a fatores como custo, tempo e local. Em vez de usar a força para resolver questões, para forçar os perpetradores de atos covardes a agir da maneira que se quer, o *soft power* pode ser usado para moldar crenças e preferências (Crelinsten 2005). Por conseguinte, para um uso eficiente do conceito de *soft power*, é imperativo que qualquer Estado-nação utilize as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) para transmitir as suas mensagens e intenções ao seu próprio público, seus vizinhos e o mundo em geral.

A mídia é parte integrante desta infra-estrutura de *soft power*, o que poderia auxiliar uma disseminação de informações mais rápida e eficaz, ajudando assim uma nação ou seu povo a interagir e se integrar em vários níveis. Isso ocorre porque o *soft power* no mundo de hoje ajuda a construir e gerenciar percepções de maneiras muito significativas. Assim, a informação, como elemento de poder, disseminado através dos meios de comunicação, é uma dimensão psicológica que poderia ser efetivamente usada para ganhar uma guerra ou resolver conflitos. Para isso, a mídia poderia ser usada para gerar ação política além de ser um aparato de segurança nacional. Nesse sentido, a mídia poderia ajudar a focalizar a atenção do público em uma determinada questão e, em seguida, ajudar a enquadrar e construir uma compreensão ou perspectiva sobre o assunto.

Resultados e Análise

Análise de conteúdo

Para avaliar ou compreender as contribuições ou os papéis da mídia nigeriana na resolução ou mitigação dos desafios de segurança que ameaçam a existência contínua da nação, os padrões e maneiras em que os meios de comunicação têm relatado os desafios de segurança foram analisados como apresentado abaixo:

Tabela 1: Enquadramento dos grupos insurgentes do Boko Haram na mídia nigeriana

Categorias	Daily Trust	The Punch	Total
Grupos terroristas	19 (46%)	18 (60%)	37 (53%)
Cruzadas Étnicas	4 (10%)	3 (10%)	7 (10%)
Lutadores da Liberdade	3 (7%)	-	3 (4%)
Grupos militantes	2 (5%)	-	2 (3%)
Bandidos políticos	9 (22%)	1 (3%)	10 (14%)
Fundamentalistas Islâmicos	4 (10%)	8 (27%)	12 (16%)
Total	41 (100%)	30 (100%)	71 (100%)

A Tabela 1 mostra a distribuição de frequência das categorias de enquadramento pelos jornais selecionados.

Das 71 notícias relatadas pelo *Daily Trust* e *The Punch*, 37 (53%) enquadraram a seita Boko Haram como grupos terroristas, 7 (10%) histórias enquadraram-nos como cruzadas étnicas, 3 (4%) enquadraram-nos como lutadores pela liberdade, 2 (3%) enquadram a seita como grupos militantes, 10 (14%) os enquadram como bandidos políticos e 12 (16%) enquadram as seitas de Boko Haram como fundamentalistas islâmicos. Especificamente, de 41 notícias que o *Daily Trust* relatou, 19 (46%) enquadraram seitas de Boko Haram como grupos terroristas, 4 (10%) como cruzadas étnicas, 3 (7%) como combatentes da liberdade, 9 (22%) enquadram a seita(s) como bandidos políticos e 4 (10%) como fundamentalistas islâmicos. Além disso, das 30 notícias relatadas pelo *The Punch*, 18 (60%) histórias enquadraram a seita como grupos terroristas, 3 (10%) como cruzadas étnicas, 1 (3%) enquadram Boko Haram como bandidos políticos e 8 (27%) como fundamentalistas islâmicos.

Tabela 2: Avaliação causal das insurgências do Boko Haram pela mídia nigeriana

Avaliação Causal	Daily Trust	The Punch	Total
Marginalização do norte	12 (28%)	14 (47%)	26 (38%)
Estabilização do país	1 (3%)	-	1 (1%)
Islamização do país	5 (12%)	7 (23%)	12 (18%)
Iniciar desintegração	23 (57%)	9 (30%)	32 (43%)
Total	41 (100%)	30 (100%)	71 (100%)

A Tabela 2 mostra a distribuição de frequência das categorias de enquadramento em termos de avaliação causal. De 41 notícias publicadas pelo *Daily Trust*, 12 (28%) foram enquadradas tendo como levando à marginalização do Norte, 1 (3%) à estabilização do país, 5 (12%) representaram a avaliação causal da islamização do país e 23 (57%) o início da desintegração. Além disso, de 30 notícias publicadas pelo *The Punch*, 14 (47%) enquadraram o Boko Haram com o objetivo de marginalizar o norte, 7 (23%) com o objetivo de islamizar o país e 9 (30%) de iniciar a desintegração. No total, de 71 notícias publicadas pelo *Daily Trust* e pelo *The Punch* durante o período investigado, 26 (38%) abordavam as ações como visando a marginalização do norte, 1 (1%) a estabilização do país, 12 (18%) a islamização do país e 32 (43%) a desintegração.

Tabela 3: Avaliação Moral da seita do Boko Haram pela mídia nigeriana

Avaliação Moral	Daily Trust	The Punch	Total
Boko Haram é diabólico	1 (2%)	3 (10%)	4 (6%)
Boko Haram é perigoso	8 (20%)	8 (27%)	16 (23%)
Boko Haram é perverso	9 (22%)	8 (27%)	17 (24%)
Boko Haram é imprudente	15 (37%)	4 (13%)	19 (25%)
Boko Haram é ímpio	8 (19%)	7 (23%)	15 (21%)
Total	41 (100%)	30 (100%)	71 (100%)

A Tabela 3 mostra a distribuição de frequência das categorias de enquadramento em termos de avaliação moral pelos meios de comunicação de massa selecionados. Das 41 notícias publicadas pelo *Daily Trust*, 1 (2%) vêm as seitas de Boko Haram como diabólicas, 8 (20%) concebem seitas de Boko Haram como perigosas, 9 (22%) as consideram como perversas, enquanto 15 (37%) e 8 (19%) consideram que as seitas de Boko Haram são imprudentes e ímpias, respectivamente. Das 30 notícias publicadas pelo

The Punch durante o período de estudo, 3 (10%) consideram as seitas como diabólicas, 8 (27%) as consideram perigosas, 8 (27%) as consideram como perversas, enquanto 4 (13%) notícias enquadraram-nas como imprudentes e 7 (23%) as consideram ímpias. De modo geral, no entanto, 4 (6%) de todas as edições dos dois jornais analisaram a(s) seita(s) do Boko Haram como diabólicas, 16 (23%) perceberam-nas como perigosas, 17 (24%) consideraram-nas perversas, enquanto 19 (25%) as consideraram imprudentes e 15 (21%) as estabeleceram como ímpias.

Tabela 4: Avaliação do tratamento do Boko Haram pela mídia nigeriana

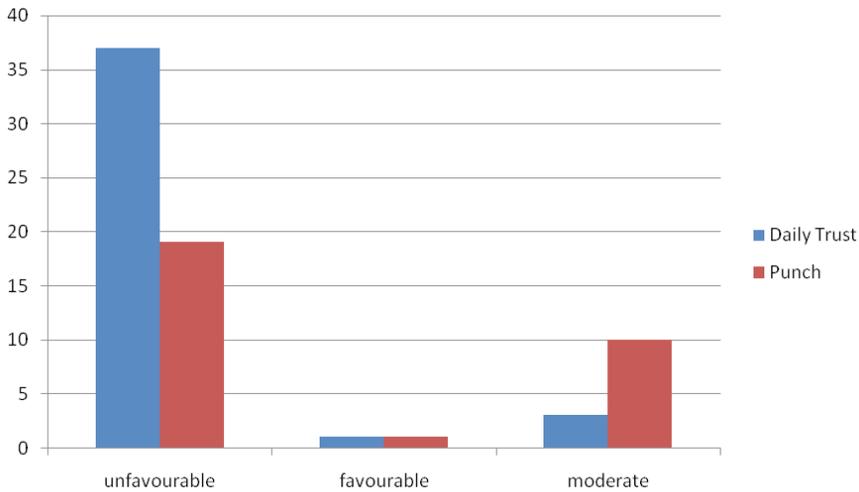
Avaliação de Tratamento	<i>Daily Trust</i>	<i>The Punch</i>	Total
Dar anistia	17 (42%)	8 (27%)	25 (35%)
Serem punidas	15 (37%)	20 (66%)	35 (51%)
Devem ser ignoradas	9 (21%)	2 (7%)	11 (14%)
Total	41 (100%)	30 (100%)	71 (100%)

A Tabela 4 mostra a distribuição de frequência das categorias de enquadramento em termos de avaliação do tratamento pelos dois jornais selecionados. Do total de 71 notícias publicadas pelo *Daily Trust* e *The Punch*, 25 (35%) responderam que a(s) seita(s) Boko Haram deveriam receber anistia, 35 (52%) disseram que deveriam ser punidas e 11 (14%) disseram que deveriam ser ignoradas. Em particular, das 41 notícias comunicadas pelo *Daily Trust*, 17 (42%) disseram que deveriam receber anistia, enquanto 15 (37%) disseram que deveriam ser punidas e 9 (21%) disseram que deveriam ser ignoradas. Além disso, das 30 notícias citadas pelo *The Punch*, 8 (27%) disseram que deveriam receber anistia enquanto 20 (66%) disseram que deveriam ser punidas e 2 (11%) opinaram que deveriam ser ignoradas.

Tabela 5: Direcionamento das Histórias sobre conflitos do Boko Haram

Direcionamento	<i>Daily Trust</i>	<i>The Punch</i>	Total
Desfavorável	37 (90%)	19 (64%)	56 (77%)
Favorável	1 (3%)	1 (3%)	2 (3%)
Moderada	3 (7%)	10 (33%)	13 (20%)
Total	41 (100%)	30 (100%)	71 (100%)

Figura 1: Gráfico apresentando o direcionamento da cobertura pelos dois jornais nigerianos



A Tabela 5 e a Figura 1 apresentam o direcionamento da cobertura dos conflitos do Boko Haram. Das 71 notícias totais, 56 (77%) foram desfavoráveis, o que significa que condenaram a ação do Boko Haram, enquanto 2 (3%) foram favoráveis, o que significa que apoiaram os atos e 13 (20%) foram moderados. Especificamente, das 41 notícias que o *Daily Trust* relatou durante o período da pesquisa, 37 (90%) condenaram os atos (desfavoráveis), 1 (3%) apoiaram a ação do Boko Haram (favorável), enquanto 3 (7%) não condenou nem apoiou os atos (moderado). Das 30 notícias publicadas pelo *The Punch* para relatar as atividades das seitas do Boko Haram, 19 (64%) eram desfavoráveis (condenaram a ação de seitas de Boko Haram), 1 (3%) foram favoráveis (apoiaram a ação) e 10 (33%) foram moderadas.

Entrevistas em profundidade

Sobre o efeito das reportagens sobre o Boko Haram, os militares que foram entrevistados tinham a opinião de que os relatos da mídia sobre a situação de segurança na Nigéria, particularmente sobre o Boko Haram, apresentavam a realidade de uma sociedade insegura. A maioria deles observou que a reportagem da mídia sobre a situação de segurança no país agravou a situação ao invés de mitigá-la, porque as notícias causaram pânico entre a população nigeriana. Eles também argumentaram que elas trouxeram propensão auto-realizável, tornando o Boko Haram mais perigoso e violento, inflamando mais violência, o que piora a situação de

segurança no país. Quanto à percepção dos militares sobre a mídia, um dos militares entrevistados captou a opinião das instituições de segurança de uma maneira muito perspicaz:

A mídia da Nigéria tem uma propensão intrínseca ao sensacionalismo. Eles exibem um impulso maquiavélico de 'dar palmada' a qualquer custo. Têm a tendência de exibir uma ingenuidade surpreendente frente ao imperativo da segurança nacional e por extensão da soberania do Estado. O militar típico tem o fardo de resolver o seguinte quebra-cabeças: "Há um fatwa não-dito entre publicar ou morrer, que de algum modo assombra o quarto poder como o provérbio das "espadas de Damocles"?

Além disso, os militares descrevem a percepção dos meios de comunicação social sobre os militares da seguinte forma:

Os militares têm uma propensão para o comportamento paranóico ou esquizofrênico e são sobretudo hostis. Os militares têm prudência excessiva com os meios de comunicação, como resultado de uma memória indevidamente longa do passado travestida pela mídia. A prática militar interna de conceder acesso a informações sobre uma base de dados falha ao não tomar conhecimento das necessidades dos meios de comunicação. E esta é a perdição do relacionamento entre as duas instituições nos assuntos da segurança nacional, e assim nossa segurança nacional sofre um golpe principal em vez de ser garantida.

As duas citações acima representam os principais pontos de vista das instituições militares ou de segurança sobre a mídia e seu fracasso em apoiar os militares na mitigação de todos os tipos de problemas de segurança enfrentados pelo Estado nigeriano desde a independência. Elas captam a fria relação entre os militares e os meios de comunicação, que tem dificultado os esforços para resolver os desafios de segurança pós-independência que ameaçam a unidade do país. Captam a desconfiança, a falta de entendimento e a impaciência que caracterizaram a relação entre a mídia e os militares, e que, de acordo com um dos militares entrevistados, é antiga. Ele afirmou que "muito precisa ser feito para desligar as características dos militares do passado e a realidade atual dos militares; os dois (ou seja, os militares e os meios de comunicação) devem trabalhar em conjunto ou ajudar uns aos outros a resolver o problema das insurgências, que está ameaçando a paz da Nigéria".

Discussão e Conclusão

O estudo revelou que os meios de comunicação estão dando uma ampla cobertura e atenção aos desafios de segurança das insurgências e do terrorismo que ameaçaram/continuam ameaçando a continuidade da

Nigéria. Isso significa que eles estão realizando seus papéis estatutários de fornecer as informações necessárias para a sobrevivência dos indivíduos no estado nigeriano. Isso está de acordo com a observação de Hess & Kalb (2003), que enfatizaram que a mídia nunca deveria enterrar as más notícias, embora uma certa dose de decência e bom senso é esperada. Os terroristas precisam de atenção, e os meios de comunicação não podem evitar dar-lhes atenção enquanto cumprem os seus papéis estatutários de informar o público. A mídia cobre o terrorismo; ela é suscetível a incitar mais terrorismo ao fazer isso, o que produz mais cobertura mediática (Barnhurst 1991b). Assim, esta situação complexa tende a animar ou encorajar grupos terroristas, particularmente as seitas do Boko Haram, a perpetrar atividades mais nefastas.

Embora a maioria das histórias da mídia, particularmente no *Daily Trust* e no *The Punch*, condenarem os ataques e ameaças do Boko Haram, o noticiário impactou negativamente na segurança nacional, uma vez que o framing dos meios de comunicação dos ataques e de seus perpetradores teve uma tendência a aumentar o pânico moral e a fazer com que a seita terrorista parecesse ser mais violenta e invencível. A maioria dos entrevistados nas IDIs concordou que o enquadramento dos jornais das atividades das seitas do Boko Haram havia feito escalar a situação de segurança na Nigéria, tornando-a mais perversa. Por exemplo, os militares não vêem a mídia como uma parceira importante e leal na tentativa de resolver as ameaças dos problemas de segurança pós-independência que ameaçam a existência da Nigéria. Parece haver uma grande desconfiança mútua entre os meios de comunicação e as forças armadas, o que tem dificultado e ainda prejudica a cooperação das duas instituições, críticas na resolução dos desafios de segurança enfrentados pela nação. Em vista do exposto, o estudo postula que, apesar da robustez dos meios de comunicação nigerianos, eles ainda não têm um impacto significativo na eliminação de problemas de segurança na Nigéria pós-independência. Daí o apelo, entre outras coisas, a uma maior sinergia entre as instituições de segurança e meios de comunicação de massa no país para alcançar os resultados.

REFERÊNCIAS

- Akinfeleye, R.A. 2003. *Fourth estate of the realm or fourth estate of the wreck: Imperative of social responsibility of the press*. An inaugural lecture of the University of Lagos, Lagos. Lagos: University of Lagos.
- Amoda, M. 1978. *Festac colloquium and Black world development: Evaluation of Festac colloquium agenda*, Lagos programme 1977. Lagos: Nigeria

- Magazine, Federal Ministry of Information.
- Baylis, J & Ranger, N.J. 1992. *Dilemmas of world politics. International issues in a changing world*. Oxford: Clarendon Press.
- Barnhurst, K.G. 1991a. "The literature from terrorism". In A.O. Alali and K. K. Eke (Eds.), *Media coverage of terrorism, methods of diffusion* (pp. 112-137). London: Sage.
- _____. 1991b. "Contemporary terrorism in Peru: Sendero-Luminoso and the media". *Journal of Communication*, 41(4), 75-89.
- Cohen, B.C. 1963. *The press and foreign policy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Commission on Human Security. 2003. *Human security now*. New York: Commission on Human Security.
- Copley G.R. 1984. (Ed.). *Defense and foreign affairs handbook*. Virginia: Defense and Foreign Affairs Ltd.
- Crelinsten, R. 2005. "Mass-mediated terrorism: The central role of the media in terrorism and counterterrorism". *Political Communication*, 22(1), 115-118.
- Dahlgren, P. 2007. *Television and public sphere: Citizenship, democracy and the media*. London: Sage.
- de Blij, H. J. & Muller, P.O. 2003. *Geography: Realms, regions and concepts* (11th edition). Hoboken, NJ: Wiley.
- Entman, R.M. 1993. "Framing: Toward clarification of a fractured paradigm". *Journal of Communication*, 43(4), 51-59.
- Federal Government of Nigeria. 2011. 1999 *Nigerian constitution* (as amended). Abuja: FGN.
- Gilboa E. 2005. "The CNN effect: The search of a communication theory for international relations". *Political Communication*, 22, 27-44.
- Hess, S. & Kalb, M. 2003. (Eds.). *The media and the war on terrorism* (first edition). Washington, DC: Brookings Institution Press.
- Imobighe, T.A. 1998. *The management of national security*. An inaugural lecture of the Edo State University, Ekpoma, series 10. Ekpoma: Edo State University Publishing House.
- Iyengar, S. 1996. "Framing responsibility for political issues". *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 546, 59-70.
- Kiras, J.D. 2009. *Irregular warfare: Terrorism and insurgency*. Indian strategic knowledge online. Retrieved 25 Sept. 2016, Disponível em: http://www.indianstrategicknowledgeonline.com/web/baylis3e_ch09.pdf
- Luciani, G. 1988. "The economic content of security". *Journal of Public Pol-*

- icy, 8(2), 151-173.
- _____. 1990. "Allocation vs. production states: A theoretical framework". In H. Beblawi and G. Luciani (Eds.), *The rentier state* (pp.85-98). London: Routledge.
- Maier, C. 1990. *Peace and security studies for the 1990s*. Unpublished paper for MacArthur fellowship programme, social science research council.
- McCombs, M. E. and Shaw, D.L. 1972. "The agenda-setting function of mass media". *Public Opinion Quarterly*, 36 (2), 176-187.
- Nnoli, O. 1978. *Ethnic politics in Nigeria*. Enugu: Fourth Dimension Publishers.
- Odigbo. 2003. "Role of public relations and the mass media in building and sustaining democracy". In I. E. Nwosu (Ed.), *Polimedia: Media and politics in Nigeria*. Enugu: ACCE (Nigeria chapter).
- Omoera, O.S. & Ogah, C.A. 2016. "Boko Haram as a-gent pro-vo-ca-teur of destruction and destabilization in Nigeria: The media's check". *Brazilian Journal of African Studies*, 1(1), 67-84.
- Onuoha, F. 2015. *From Boko Haram to Islamic State of West Africa Province (ISWAP): Radicalisation and recruitment in Nigeria*. A paper presented in the countering violent extremism (CVE) media roundtable organised by the office of the national security adviser (ONSA) in collaboration with the European union technical assistance to Nigeria's evolving security challenges (EUTANS), Abuja, from 27th -28th October, 2015.
- Romm, J.J. 1993. *Defining national security: The non-military aspect*. New York: Council on Foreign Relations Press.
- Sinno, A.H. 2011. "Armed groups' organizational structure and their strategic options". *International Review of the Red Cross*, 93(882), 311-332.
- Solomon, H. 2007. "Introduction". In H. Solomon (Ed.), *Challenges to global security Geopolitical and power in the age of transition*. London: I.B. Tauris Publishes.
- Uyo, A.O. 1987. *Mass communication media: Classification and characteristics*. New York: Civiletis International.

RESUMO

A conceituação da segurança nacional continua a ser um empreendimento taxativo, uma vez que diversos fatores ressaltam a sua capacidade em todos os níveis de percepção e, portanto, não pode ser restrita a uma única definição devido à sua natureza mutável de um Estado para outro. Assim sendo, a segurança nacional permanece dinâmica, fluida e multidirecional, mas é fundamental para a sobrevivência de qualquer Estado. Na Nigéria pós-independente, as ameaças securitárias a seus interesses nacionais não só envolvem ameaças convencionais, como as de outros Estados, mas também de atores não estatais e atividades como terroristas, traficantes de armas, piratas, traficantes, seqüestradores, insurgências de gângsteres de rua, disputas fronteiriças e milícias étnicas. Ao longo dos últimos cinquenta e seis anos, as ameaças tradicionais à segurança nacional na Nigéria se transformaram em uma séria e grande organização, que aparentemente não pode ser eliminada apenas por forças militares ou instituições de segurança. Os meios de comunicação de massa foram sugeridos por ter a capacidade de contribuir significativamente para ajudar as instituições de segurança a eliminar ou a verificar os desafios com os quais o país é confrontado. Talvez isso se deva ao fato de que os meios de comunicação são parte integrante da infra-estrutura de *soft power*, o que poderia facilitar a disseminação de informações de maneira rápida e eficaz, ajudando assim uma nação como a Nigéria a juntar a ação política apropriada que visa a consolidar a desejada segurança nacional. Implantando a definição da agenda e as teorias de enquadramento, este artigo empreende uma avaliação de se ou não os meios de comunicação nigerianos (especificamente, *Daily Trust* e *The Punch*) fizeram contribuições impactantes para a resolução de questões de segurança na Nigéria pós-independência, com uma referência particular para as insurgências da seita do Boko Haram. Emprega entrevistas analíticas, em profundidade (IDIs) e métodos históricos para analisar alguns relatórios da mídia sobre as insurgências com o objetivo de avaliar seu impacto sobre a segurança do Estado nigeriano. O estudo argumentou que, apesar da robustez dos meios de comunicação nigerianos, eles ainda devem ter uma influência significativa na eliminação de problemas de segurança na Nigéria pós-independência. Daí, o apelo, entre outras coisas, a uma maior sinergia entre as instituições de segurança e meios de comunicação de massa no país para alcançar os resultados.

PALAVRAS-CHAVE

Segurança Nacional; Instituições Securitárias; Nigéria pós-independência; Reportagem de mídia; Soft Power; Terrorismo; Boko Haram; Ameaças Securitárias.

Recebido em 13 de março de 2017.

Aprovado em 13 de julho de 2017.

Traduzido por Amabilly Bonacina